

Estudo Técnico Preliminar 7/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10265.074856/2025-21

2. Descrição da necessidade

2.1. De acordo com o Documento de Formalização de Demanda, constante do processo digital nº 10265.074856/2025-21, a necessidade em tela se baseia em serviço de obra de engenharia para a execução de obra de reforma da Agência da Receita Federal em Itumbiara/GO.

A contratação justifica-se pela necessidade revitalização arquitetônica, da infraestrutura e acessibilidade da edificação, a qual se encontra desgastada pelo tempo e com problemas crônicos oriundos de falhas construtivas.

Segue abaixo as principais demandas que precisam ser atendidas com o serviço proposto neste documento:

- Edificação em condições de conservação geral carente de reforma geral, com atenção especial aos inúmeros pontos de infiltrações (paredes, janelas e cobertura), instalações elétricas e de ar-condicionado fora dos padrões de segurança e conformidade técnica, bem como às estruturas degradadas do forro de gesso nos ambientes internos e pontos falhos na instalação hidráulica;
- Os problemas crônicos de alagamento, dados principalmente por causa do subdimensionamento das estruturas de drenagem pública de águas pluviais que não suportam o volume de água em dias de chuvas com alto índice pluviométrico, contribuem para a deterioração da alvenaria, pavimentos, portas, divisórias e mobiliário nos ambientes internos da agência;
- Telhado com algumas telhas trincadas e pontos de quebra, além da estrutura de drenagem (calhas e descidas) serem deficientes (não existem calhas metálicas e tem apenas um único ponto para escoamento);
- Calçada frontal degradada e com saliências e protuberância (ao lado do portão de acesso público) que podem causar acidentes aos transeuntes, não atendendo os normativos vigentes de trânsito e acessibilidade;
- Acessibilidade interna e externa ao prédio inexistentes;
- Apesar da climatização ser suficiente para os ambientes, os equipamentos estão instalados de forma inadequada em relação às respectivas linhas de alimentação elétrica (passando por paredes sem condutos de segurança), linhas de gás refrigerante e drenos;

- Infraestrutura de elétrica com inúmeros pontos fora de conformidade, como fios e cabos fora de dutos e/ou calhas e problemas de curto-circuito por exemplo, podendo causar acidentes e, até mesmo, sinistros à edificação;
- Infraestrutura de telemática e CFTV carente de revisão e organização (incluindo identificação de pontos);
- Não existe sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI);
- Não existe sistema de iluminação de emergência;
- Escada de acesso à cobertura sem corrimão de apoio nem ponto de ancoragem.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL	Flávio Bueno de Figueiredo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. De acordo com o artigo 6º, XII, da NLLC, o objeto da presente contratação é classificada como **serviço especial de engenharia** visto que inovará e acarretará alteração substancial no imóvel, bem como possui alta heterogeneidade ou complexidade.

4.2. Foi escolhida a modalidade licitatória **Concorrência**, pois, de acordo com a redação do parágrafo único do art. 29, da NLLC, a concorrência deve ser utilizada quando da contratação de objeto não classificado como serviço comum de engenharia.

4.3. Quanto ao regime de execução será adotada a **Execução indireta de Empreitada por preço Global** (Art. 46, II da NLLC), tendo em vista a natureza do objeto. Além do mais, o Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU, aprovado pela Portaria SEGECEX (Secretaria Geral de Controle Externo) nº 33, de 07/12/2012, destrincha as vantagens, desvantagens e indicação de utilização do regime de empreitada por preço global. De acordo com este documento, "utiliza-se a empreitada por preço global quando se contrata a execução de obra ou serviço por preço certo e total. Esse regime é indicado quando os quantitativos dos serviços a serem executados puderem ser definidos com precisão. Por isso, pressupõe uma definição minuciosa de todos os componentes da obra, de modo que seus custos possam a ser estimados com uma margem mínima de incerteza. Essa margem de incerteza será coberta pela alíquota de riscos ou imprevistos incluída no "**BDI - Benefícios e Despesas Indiretas**".

4.4. Requisitos gerais:

4.4.1. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o projeto básico respectivo, no qual estão estipuladas as quantidades de materiais e serviços do objeto da presente contratação.

4.4.2. Para a presente contratação, será incluído como encargo do contratado a elaboração de Projeto Executivo, conforme permite o §4º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

§4º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021: "O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução."

4.4.3. O fornecimento de todos os materiais necessários deverá ser de responsabilidade do LICITANTE vencedor.

4.4.4. As propostas deverão ser ofertadas por preço global, ou seja, **empreitada por preço global**, conforme determinado no subitem 4.3 deste Estudo.

4.4.5. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, pois trata-se de objeto de reforma comum, sem grandes especificidades que exijam capacitação técnica diferenciada, conforme art. 33. I, da NLLC.

4.4.6. O local de execução dos serviços poderá ser previamente visitado pelos LICITANTES, mediante prévio agendamento.

4.4.7. Antes de apresentar a proposta, o LICITANTE deverá analisar todos os documentos pertinentes, sendo recomendada a verificação da legislação pertinente ao estado de Goiás, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

4.4.8. O LICITANTE vencedor deverá atender às Normas de Segurança do Trabalho, inclusive e especialmente fornecendo os equipamentos de proteção individual e coletivos para todos os seus empregados que atuarão no contrato, objeto da pretendida contratação.

4.4.9. Os resíduos gerados pela intervenção deverão ser adequadamente destinados pela empresa CONTRATADA para a execução dos serviços, observando tópico específico do presente ETP, de forma a minimizar possíveis impactos ambientais.

4.4.10. O prazo de execução dos serviços será de 150 dias, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ter sua duração prorrogada, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.4.11. Os serviços não possuem natureza continuada. Por se tratar de serviço de engenharia, tem seu começo, meio e fim devidamente estipulados, não carecendo de continuidade após a sua conclusão.

4.4.12. Não haverá necessidade de a CONTRATADA promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas nos serviços prestados, em função da natureza dos serviços que serão prestados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi feito pela empresa contratada para a elaboração do Projeto Básico completo da obra: Carplan Engenharia e Projetos, CNPJ 42.286.630/0001-14. Para essa contratação foi levado em consideração que especialistas em projetos de engenharia geralmente possuem expertise e conhecimento técnico aprofundado no setor. Isso os capacita a compreender as necessidades específicas e a identificar as melhores soluções no mercado para atendê-las.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação pretendida possui seu detalhamento completo no Projeto Básico.

6.2. O memorial descritivo e as peças orçamentárias, partes integrantes do Projeto Básico da contratação, trazem os detalhes, características e quantitativos dos serviços a serem executados.

6.3. O recebimento será realizado pelo fiscal técnico. Para todas as etapas, a conclusão deverá ser comunicada por escrito.

6.4. Quaisquer dúvidas e/ou divergências de ordem técnica deverão ser dirimidas preferencialmente com o Fiscal Técnico e as demais com o Gestor do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O Projeto Básico, que foi elaborado para orientar a execução do objeto, contém os serviços e quantitativos que deverão ser realizados. Havendo discordância dos LICITANTES, em relação ao Projeto Básico, estes deverão apresentar questionamentos, por escrito, devidamente embasados, para análise.

7.2. Todos os quantitativos de serviços e materiais a serem empregados constam de planilhas integrantes do Projeto Básico.

7.3. No tocante aos materiais necessários, todos deverão ser por conta do LICITANTE vencedor, devendo este prever todos os custos em sua proposta de preços, não podendo alegar posteriores omissões como motivação para solicitar complementação do valor contratado.

7.4. Os materiais empregados deverão observar o nível de qualidade exigido no Projeto Básico.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 349.848,67

8.1. Estimativa de valor de R\$ 760.860,37 (setecentos e sessenta mil, oitocentos e sessenta reais e trinta e sete centavos), de acordo com o Projeto Básico e seus Anexos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá o parcelamento da solução, uma vez que o objeto da presente contratação não é considerado divisível. Assim, o serviço será executado sob a responsabilidade de única empresa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em princípio, não se verifica contratações correlatas e nem interdependentes para a viabilidade e contratação da presente demanda. Caso a Unidade demandante não possua servidor capacitado para ser fiscal técnico, deverá contratar assessoria de fiscalização.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida está em conformidade com o Plano Anual de Contratações 2025- PAC, bem como com o Padrão Nacional de Despesa da Receita Federal do Brasil, de acordo com os seguintes dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP:

ID PCA no PNCP: 00394460000

Data publicação no PNCP: 10/05/2024

Id do item no PCA: 18

Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Identificador da Futura Contratação: 170018-6/2025

11.2. Ademais, a futura contratação está alinhada à estratégia, aos indicadores e projetos estratégicos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, previstos na Portaria RFB nº 1.749, de 26 de dezembro de 2006.

11.3. A iniciativa consta no Plano de Engenharia do ano de 2025 (PORTARIA RFB Nº 513, de 20 de fevereiro de 2025 - iniciativa nº 2023010034).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A obra fornecerá revitalização arquitetônica, da infraestrutura e acessibilidade da edificação, a qual se encontra desgastada pelo tempo e com problemas crônicos oriundos de falhas construtivas.

12.2. A contratação deste serviço é indispensável para atender as necessidades da ALF/Itumbiara/GO, além de garantir a segurança, conforto, acessibilidade para os colaboradores e contribuintes.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Será necessário desocupação do imóvel durante o período de execução da obra. O funcionamento da Agência não poderá ser suspenso, portanto a mesma deverá ser alocada em outro imóvel cedido ou alugado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não haverá impactos ambientais significativos, devendo as sobras de materiais, novos ou usados serem adequadamente destinados pela empresa contratada para a execução dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após realizadas as análises, entende-se que a contratação se faz necessária para melhorar a infraestrutura da ARF/Itumbiara/GO.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

INGRID MAGALHAES GONCALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/06/2025 às 10:07:49.

CAMILA LORENCI MALLMANN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/06/2025 às 15:35:34.

LORENA VICENTE DE CARVALHO

Equipe de apoio

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

LORENA VICENTE DE CARVALHO em 03/11/2025.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

APJM.0AXK.MP4F1.TQ8V

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

aU4rUb8vOPTgqWlfOXErS8ltFqT1zm/XzdY4/L/+CWY=